

Desigualdade e Conjuntura: Quatro Anos de Dados trimestrais da PNAD Contínua (2012-2015)

Fabício Pitombo Leite*

Resumo

Este pequeno artigo trata da evolução da desigualdade de renda no Brasil entre 2012 e 2015, calculada a partir dos microdados trimestrais da PNAD Contínua e utilizando o índice de Gini. Tal análise possibilita identificar um padrão conjuntural para a trajetória da desigualdade, com aderência ao comportamento do mercado de trabalho na maior parte do período, apontando ainda para um aumento da desigualdade no último trimestre de 2015 após um descolamento com relação ao mercado de trabalho para os três primeiros trimestres do mesmo ano.

Palavras-chave: Desigualdade de renda; Desemprego; PNAD Contínua; Microdados.

Abstract

This short paper depicts income inequality evolution for Brazil between 2012 and 2015, by using Quarterly Household Survey microdata in calculating Gini index. A conjunctural pattern for the trajectory of inequality can be identified, adherent to labour market for most of the period. After a decoupling from labour market in the first three quarters of 2015, income inequality started to increase in the last quarter of the same year.

Keywords: Income inequality; Unemployment; Quarterly Household Survey; Microdata

JEL classification: D31; E24; J20.

* Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. O autor agradece a um parecerista anônimo pelas observações. fabricioleite@ufrnet.br

1. Introdução

A pesquisa empírica acerca da desigualdade de rendimentos no Brasil, sobre a qual tornou-se seguro dizer que apresenta longa tradição¹, certamente ganhou impulso recente e uma nova perspectiva a partir da divulgação, por parte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Apesar de os dados da PNADC retrocederem ao primeiro trimestre de 2012 e indicadores sintéticos terem sido divulgados em janeiro de 2014, a primeira divulgação dos microdados, na ocasião, abrangendo do primeiro trimestre de 2012 ao primeiro trimestre de 2015, foi realizada somente em maio de 2015.

Assim, dado o curto período de tempo que os pesquisadores tiveram à disposição para uma análise mais acurada dos dados, não é surpreendente que ainda não tenham inaugurado uma nova tradição de análise da desigualdade de renda em termos trimestrais. O presente artigo visa, portanto, suprir tal lacuna, analisando os dados que se estendem do primeiro trimestre de 2012 ao último de 2015, na esteira da divulgação dos microdados relativos ao quarto trimestre de 2015, realizada em 15 de março de 2016². Com as devidas qualificações, tendências com relação à evolução da desigualdade, inclusive para o último ano, podem ser traçadas, o que antecipa as análises que tradicionalmente utilizam a PNAD anual.

Além desta introdução, a próxima seção descreve a metodologia e o tratamento preliminar dos dados, a terceira seção apresenta uma análise a partir de medidas de desigualdade, traçando ainda paralelos com o comportamento do mercado de trabalho, enquanto a quarta seção trata de algumas considerações adicionais.

2. Metodologia e tratamento preliminar dos dados³

A PNAD Contínua, que veio a substituir a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), já descontinuada, traz informações relativas a grau de escolaridade, inserção no mercado de trabalho (com motivos para a não-inserção) e rendimento, com detalhamento para todas as Unidades da Federação, Capitais e Regiões Metropolitanas (quando existentes). Se a mesma não apresenta as características detalhadas dos domicílios ou de migração dos moradores, como no caso da PNAD tradicional, nem é efetuada em bases mensais, como a extinta PME (que coletava dados para seis regiões metropolitanas), tem abrangência nacional, incluindo a área rural de todas as Unidades da Federação, e lida, ainda que com menos detalhes que a PNAD tradicional, com questões relativas a educação, ocupação e rendimentos, agora em bases trimestrais.

Comumente, as análises sobre a desigualdade de renda que utilizam dados anuais da PNAD são realizadas a partir de uma variável para a Renda Domiciliar *per capita* (RDPC) – como exemplifica a série iniciada em 1976 para o coeficiente de Gini, calculada pelo Instituto de

¹ Para apanhados que ajudam a reconstruir a história dessa linha de pesquisa no Brasil, do final dos anos 1960 aos dias atuais, ver Hoffmann (2001), Barros, Henriques e Mendonça (2000) e Rocha (2012).

² Em 20 de abril de 2016, após a submissão deste artigo, o IBGE divulgou [nota informativa](#) apontando para um problema com os fatores de expansão da amostra da PNADC para o último trimestre de 2015. Os microdados foram alterados nessa data e, com isso, nossos resultados para tal trimestre. Com a permissão do editor, tais resultados foram alterados no artigo, de modo que a análise que se segue já leva em conta os fatores de expansão corrigidos.

³ Toda a análise a partir dos microdados foi realizada por meio dos *softwares* livres R (utilizando a interface GNU Rkward 0.6.1) e GNU PSPP 0.8.5, em sistema Ubuntu Linux 14.04 LTS.

Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Para a PNADC, também com o objetivo de tornar a presente análise o mais compatível possível com as realizadas para dados anuais, o primeiro procedimento a ser implementado consiste na agregação, por domicílio, da variável relativa ao rendimento mensal efetivo de todos os trabalhos (VD4020), exclusive pensionistas, empregados domésticos e seus parentes (seleção em V2005), calculado para pessoas com 14 anos ou mais de idade. Após a agregação, realiza-se a divisão pelo número de componentes do domicílio (VD2003).

Uma observação necessita ser feita com relação aos rendimentos captados pela PNAD Contínua: ao contrário do observado na PNAD tradicional, na qual, além do rendimento de todos os trabalhos, temos também o rendimento de todas as fontes, a PNADC é restrita ao primeiro. Em suma, não são captados os rendimentos provenientes de aposentadorias, pensões, aluguéis, doações, juros de aplicações financeiras e transferências governamentais. Portanto, a PNADC é capaz de captar somente uma espécie de distribuição primária da renda (*i.e.*, pré-transferências), a qual inclui rendimentos de empregados (públicos, privados, militares e domésticos), empregadores e trabalhadores por conta-própria. Assim, seria de se esperar que a desigualdade para a RDPC encontrada na PNADC fosse maior do que a encontrada para a PNAD tradicional, considerando a distribuição de renda para todas as fontes (pós-transferências) para esta última⁴.

Cabe explicitar que, para efeito dos resultados aqui apresentados, foram desconsiderados todos os casos em que não há declaração (os assim chamados *missings*) para a variável calculada para a RDPC – procedimento usual em trabalhos desta natureza. Após a expansão da amostra, realizada com os pesos fornecidos pelo próprio IBGE (V1028), deve-se ressaltar que não nos restringimos à População Economicamente Ativa (PEA), a qual é utilizada para fins de cálculo das taxas de desocupação. Uma vez que também faremos uso da PEA posteriormente, devemos destacar que a mesma girou entre 55,4% e 57,7% da população sobre a qual são feitas as inferências para a RDPC (dados detalhados no apêndice).

Após a ponderação, procede-se à ordenação, por ordem crescente de RDPC, e, então, calcula-se o coeficiente de Gini. Utilizando-se os índices para cada observação da RDPC obtidos com a utilização dos fatores de expansão e considerando que as rendas pessoais foram multiplicadas pelos seus respectivos pesos, aplicamos, pela conveniência no trato com os microdados e considerando que trata-se apenas de uma das alternativas existentes, a equação (3.16) encontrada em Hoffmann (1998, p. 41).

Para o cálculo da taxa de desocupação, variável comumente divulgada nas sínteses do próprio IBGE, utilizamos a razão entre as pessoas desocupadas (identificadas pela variável VD4002) e a PEA (VD4001).

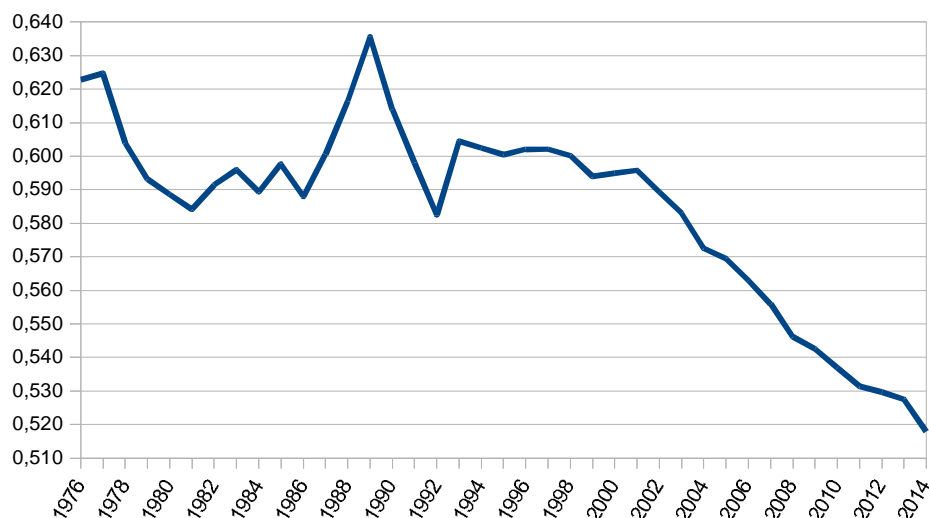
Optou-se, neste trabalho, pelo uso de um único indicador sintético de desigualdade, ao invés da exibição de múltiplas medidas, tanto por questões de espaço para discussão quanto por ser o índice de Gini a medida mais divulgada para a desigualdade, a qual, aplicada à RDPC, constitui-se numa medida quase-oficial no debate sobre a desigualdade de renda no Brasil. Assim, a antecipação das tendências do índice de Gini a partir da PNAD Contínua constitui importante contribuição ao debate público, também no que tange à avaliação de conjuntura e política econômica.

⁴ Comparações entre as PNAD Contínua e tradicional, mormente no concernente às variáveis de ocupação, podem ser encontradas em Corseuil e Ramos (2015), além de nas notas metodológicas do próprio IBGE (2014).

3. Evolução da desigualdade

Antes de apresentarmos a evolução da desigualdade a partir dos dados da PNADC, tratando da conjuntura recente, façamos uma breve recuperação da trajetória para o coeficiente de Gini a partir da referida série para a Renda Domiciliar *per capita* (RDPC) calculada pelo IPEA. Ignorando as conhecidas distorções ocasionadas pelo processo hiperinflacionário dos anos 1980, é fato bem documentado na literatura a “inaceitável estabilidade da desigualdade de renda no Brasil” (Barros, Henriques e Mendonça, 2000, p. 137) entre o final dos anos 1970 e o final dos anos 1990, bem como a queda mais acentuada da desigualdade a partir de 2001 (Hoffmann, 2006; Rocha, 2012), a qual se estende até o ano de 2014, último com dados da PNAD divulgados.

Gráfico 1 – Índice de Gini para a RDPC – PNAD Anual



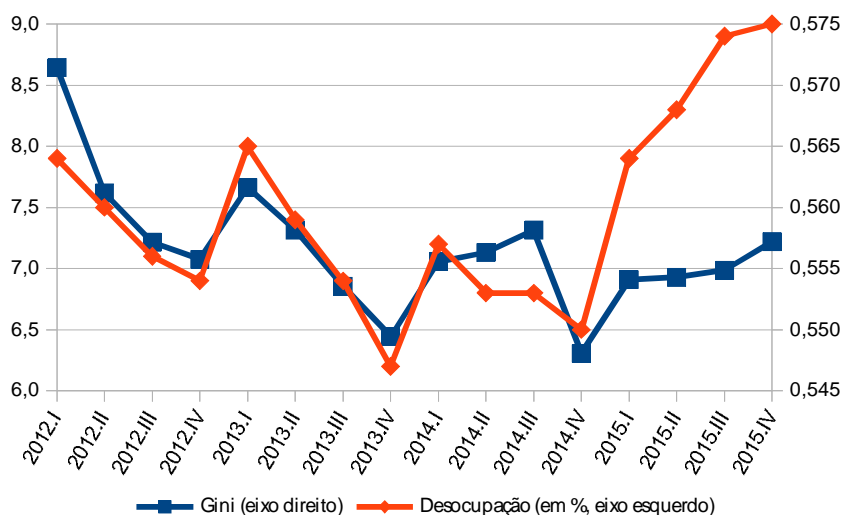
Fonte: Ipeadata

Nesse contexto, podemos passar à evolução da desigualdade de renda entre o primeiro trimestre de 2012 e o último trimestre de 2015. Uma suspeita, absolutamente legítima, deve recair sobre a significância estatística das variações do coeficiente de Gini. Apesar de não termos aqui a pretensão de empreender uma análise dessa natureza⁵, podemos afirmar que o comportamento encontrado para a maior parte da série é condizente com o esperado a partir da observação da taxa de desocupação (valores para ambas as séries no apêndice).

Podemos observar (gráfico 2), pelo menos entre os primeiros trimestres de 2012 e 2014, que o índice de Gini e a taxa de desocupação caminham lado a lado, o que não deveria ser surpreendente: uma queda na taxa de desocupação, como tipicamente ocorre no último trimestre, significa que alguns indivíduos com rendimentos nulos passam a obter rendimentos positivos. Até o 2º trimestre de 2015, considerando a sazonalidade observada, a tendência para a desigualdade era indiscutivelmente de baixa. Vale lembrar que as condições no mercado de trabalho começam a se deteriorar ao longo de 2014 e se agravam no ano de 2015.

⁵ Como foi o caso da realizada por Azevedo (2006) com relação aos dados da PNAD tradicional.

Gráfico 2 – Índice de Gini e taxa de desocupação – PNAD Contínua

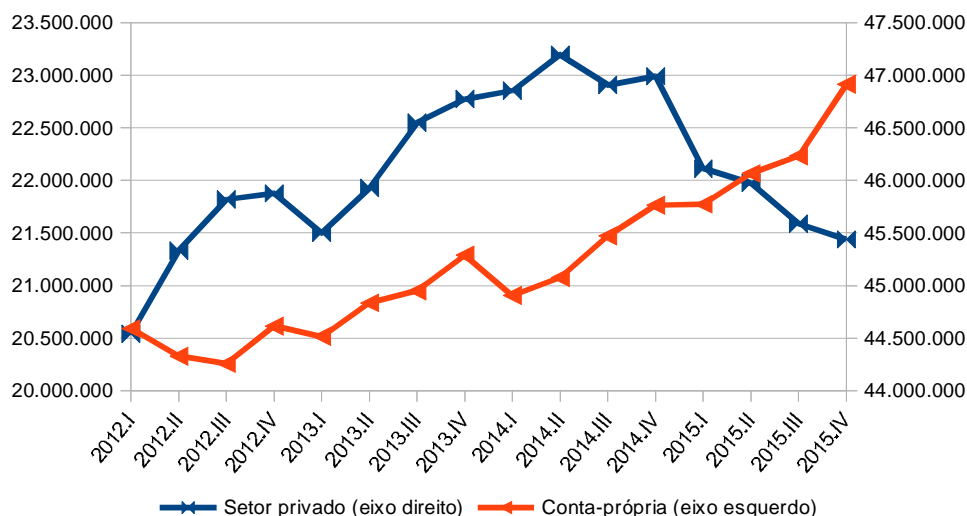


Assim, necessitamos entender as razões para o leve descolamento nos dois trimestres intermediários de 2014, mais do que compensado pela baixa da desigualdade no 4º trimestre daquele ano e, mais importante, para o grande descompasso observado em 2015, com o aumento da desocupação não se fazendo acompanhar, até o último trimestre do ano, por um aumento da desigualdade.

Separando o número de ocupados pela sua ocupação principal (VD4008), podemos observar relativa estabilidade ao longo da série para os trabalhadores domésticos, empregados no setor público, empregadores e trabalhadores familiares auxiliares, tomando-se a proporção do total das ocupações, por posição, seja com relação à PEA ou aos ocupados. Destacam-se, assim, os movimentos para os trabalhadores por conta própria e para os empregados no setor privado, com diferenças de mais de um ponto percentual entre o início e o fim do período, utilizando ambos os denominadores. Ainda mais significativa é a evolução das duas categorias no último ano considerado. Comparando os últimos trimestres de 2014 e 2015 (o que exclui variações sazonais), os trabalhadores por conta própria passam de 23,4% para 24,8% do total de ocupados – aumento de mais de 1,1 milhão de ocupações; em sentido oposto, a participação de empregados no setor privado cai de 50,6% para 49,3% – queda de mais de 1,5 milhão de postos de trabalho.

A dinâmica para essas duas categorias (gráfico 3) não deve ser confundida com qualquer aumento do empreendedorismo nacional: no 4º trimestre de 2014, a renda média de todos os trabalhos era de R\$1762,24 e a renda média para os empregados no setor privado (ESP) era de R\$1548,60 (87,9% da média geral); para os trabalhadores por conta-própria (TCP), a renda média correspondia a R\$1411,43 (80,1%). Para o 4º trimestre de 2015, a renda média de todos os trabalhos era (em termos nominais) de R\$1955,88, enquanto a média para os ESP era de R\$1801,45 (92,1%) e para os TCP de R\$1428,18 (73,0%).

Gráfico 3 – Trabalhadores empregados no setor privado e por conta-própria



Ocorrendo uma substituição de rendimentos mais próximos à média por rendimentos mais distantes da mesma, a partir da queda dos ESP e do crescimento dos TCP, o resultado esperado seria um aumento da desigualdade conforme medida pelo índice de Gini. Além dos efeitos concernentes ao número de trabalhadores, as médias dos rendimentos para os TCP também apontam para um aumento da desigualdade, tornando possível a inferência de que os novos entrantes não auferiram os mesmos rendimentos antes prevalecentes e puxaram a média desses para baixo.

No 2º trimestre de 2014, apesar do aumento dos ESP (parcialmente explicado pela sazonalidade e por contratações temporárias em virtude da Copa do Mundo), este se deu com menores salários nominais médios (VD4020), com a RDPC caminhando na mesma direção. No 3º trimestre de 2014, observa-se leve queda dos ESP e aumento dos TCP – acumulando uma alta de mais de meio milhão entre o 1º e o 3º trimestres. No 4º trimestre de 2014, o efeito da queda do número de desocupados parece ter sido suficiente para reduzir a desigualdade, observando-se aumentos (em parte, sazonais) tanto para os ESP quanto para os TCP.

Até o 3º trimestre de 2015, dois fatores se mostraram suficientes para compensar as pressões de alta da desigualdade citadas acima, no que concerne à RDPC, mantendo o índice de Gini estável: i) a forte aceleração da taxa de crescimento dos TCP, mais do que compensando os menores rendimentos médios; e ii) a alta consistente entre os que declararam ter mais de um trabalho (V4009) – mais de 275 mil pessoas no acumulado.

No 4º trimestre de 2015, entretanto, o forte crescimento dos trabalhadores por conta-própria aliado à queda no emprego privado (com queda entre os que possuíam mais de um trabalho) e aumento dos desocupados, contrariamente ao sazonalmente esperado, nos dois últimos casos, resultaram num aumento da desigualdade que deve se mostrar suficiente para leve alta, considerando médias anuais, da desigualdade apurada para o ano de 2015. Vale destacar ainda que o índice de Gini apurado para o quarto trimestre de 2015 é o maior para trimestres equivalentes em todos os demais anos da série.

4. Considerações adicionais

Não ignora-se aqui o importante e atual debate nacional acerca da adequação do uso de pesquisas domiciliares para medir a desigualdade de rendimentos, sobretudo em virtude da distorção causada pela maior subdeclaração para níveis mais elevados de renda. Em particular, deve-se atentar para as contribuições de Medeiros, Souza e Castro (2015) – apontando, por meio de dados do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), para a subestimação dos 0,1%, 1% e 5% mais ricos – e Medeiros e Souza (2016) – inclusive recalculando o índice de Gini com a incorporação de dados do IRPF aos dados da PNAD e constatando uma estabilidade (ao invés de queda) da desigualdade nos anos recentes⁶.

Contudo, considerando as possibilidades abertas para a pesquisa, a partir dos dados trimestrais da PNADC, e o mencionado papel de antecipação das tendências gerais acerca da desigualdade, o uso de dados provenientes exclusivamente de uma pesquisa domiciliar se justifica, na medida em que tenhamos em mente as ressalvas trazidas pelo debate em questão. Os resultados indicando aumento da desigualdade no último trimestre de 2015, portanto, devem ser ainda majorados ao levarmos em conta que a parcela com o pagamentos de juros na renda vem aumentando (e que os mesmos não são captados na PNADC e são mal captados na PNAD tradicional) e que as transferências de assistência e previdência social vêm sofrendo recorrentes ameaças de corte.

Finalmente, devemos mencionar que a análise aqui empreendida trata exclusivamente da relação imediata existente entre a ocupação e a desigualdade, sem nenhuma consideração sobre efeitos ulteriores que a desigualdade apresenta sobre o nível de atividade. Para tal, consultar Carvalho e Rezai (2016), Dafermos e Papatheodorou (2015) e Leite (2015).

Referências

- Atkinson, A. B. (2015), *Inequality: what can be done?* Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Atkinson, A. B.; Piketty, T.; Saez, E. (2011), "Top incomes in the long run of history", *Journal of Economic Literature*, 49(1), p. 3-71.
- Azevedo, J. P. (2006), "Avaliando a significância estatística da queda na desigualdade no Brasil", In: R. BARROS; M. Foguel; G. Ulyssea (orgs.), *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*, v.1. Brasília: IPEA.
- BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. (2000), "Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15(42), p. 123-142.
- Carvalho, L.; Rezai, A. (2016), "Personal income inequality and aggregate demand", *Cambridge Journal of Economics*, 40(2), p. 491-505.
- Corseuil, C. H.; Ramos, L. (2015), "Comparação da taxa de desocupação na PNAD Contínua e na PME", *Mercado de trabalho: conjuntura e análise* – IPEA, 21(58), p. 19-25.

⁶ A defesa do uso de dados administrativos e/ou tributários para captar as rendas mais elevadas ganhou projeção a partir da divulgação do projeto que culminou nos trabalhos de Piketty (2014) e Atkinson (2015), sendo que a subestimação presente em pesquisas domiciliares não é exclusividade do Brasil, como bem demonstram as experiências internacionais presentes em Atkinson, Piketty e Saez (2011).

- Dafermos, Y.; Papatheodorou, C. (2015), "Linking functional with personal income distribution: a stock-flow consistent approach", *International Review of Applied Economics*, 29(6), p. 787-815.
- Hoffmann, R. (1998), *Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza*. São Paulo: Edusp.
- Hoffmann, R. (2001), "Distribuição de renda e crescimento econômico", *Estudos Avançados*, 15(41), p. 67-76.
- Hoffmann, R. (2006), "Queda da desigualdade da distribuição de renda no Brasil, de 1995 a 2005, e delimitação dos relativamente ricos em 2005". In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (orgs.), *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*, v.1. Brasília: IPEA.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014), *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: notas metodológicas*, v. 1. Rio de Janeiro: IBGE.
- Leite, F. P. (2015), "Como o grau de desigualdade afeta a propensão marginal a consumir? Distribuição de renda e consumo das famílias no Brasil a partir dos dados das POF 2002-2003 e 2008-2009", *Economia e Sociedade*, 24(3), p. 617-650.
- Medeiros, M.; Souza, P. F. (2016), "A estabilidade da desigualdade no Brasil entre 2006 e 2012: resultados adicionais", *Texto para discussão - IPEA*, 2170.
- Medeiros, M.; Souza, P. F.; Castro, F. A. (2015), "O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares (2006-2012)", *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 58(1), p. 7-36.
- Piketty, T. (2014), *Capital in the Twenty-First Century*. Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University Press.
- Rocha, S. (2012), "O declínio sustentado da desigualdade de renda no Brasil (1997-2009)" *Economia*, 13(3a), p. 629-645.

Apêndice

Trimestre	RDPC			PEA		
	Amostra	População	Índice de Gini	Amostra	População	Desocupação (em %)
2012.I	490.664	172.755.226	0,5715	263.758	95.643.568	7,9
2012.II	491.451	173.670.560	0,5612	266.950	96.844.019	7,5
2012.III	486.284	173.485.952	0,5572	264.454	96.937.992	7,1
2012.IV	480.810	173.801.998	0,5558	260.765	96.958.887	6,9
2013.I	485.276	173.068.632	0,5616	265.066	97.197.206	8,0
2013.II	491.710	173.663.990	0,5582	268.979	97.828.785	7,4
2013.III	491.151	174.242.121	0,5536	268.120	97.970.842	6,9
2013.IV	490.920	175.269.091	0,5494	266.735	97.933.601	6,2
2014.I	492.439	174.865.254	0,5556	269.117	98.300.166	7,2
2014.II	491.945	175.585.387	0,5563	269.178	98.819.081	6,8
2014.III	495.112	175.753.751	0,5581	271.359	98.973.879	6,8
2014.IV	494.440	176.311.985	0,5481	270.382	99.326.411	6,5
2015.I	489.418	175.553.610	0,5541	270.682	99.956.641	7,9
2015.II	489.711	175.601.641	0,5543	271.891	100.565.660	8,3
2015.III	488.922	176.016.195	0,5549	272.225	101.068.851	8,9
2015.IV	478.487	175.741.902	0,5572	266.631	101.317.978	9,0